

O Congresso joga na inflação

As elites políticas estão em agonia, como dizíamos em nosso editorial de ontem. Não morreram, porém — e farão tudo o que estiver a seu alcance, e mais alguma coisa, para que a História não assine seu atestado de óbito. Exemplo marcante dessa resistência, desse empenho em mostrar ao futuro presidente da República, seja quem for, que elas ainda mandam, é o comportamento da Comissão Mista do Orçamento (Câmara e Senado) violando dispositivos constitucionais com o único fito de aumentar a Despesa da União a fim de atender aos interesses de todos os que pretendem reeleger-se em 1990. De nada adiantaram as ponderações, os protestos e os votos contrários de representantes do PSDB e do PT na Comissão, sensíveis à tentativa de embutir no orçamento para 1990 gastos extraordinários de praticamente um bilhão de dólares.

Apoiados numa nova técnica de legislar, que se chamaria de “aritmética congressual”, suas excelências descobriram que se usassem um determinado “reduutor”, a Receita da União aumentaria (por força da inflação) e seria possível criar recursos para financiar as obras que desejam. Usando essa estranha aritmética e confiando na inflação crescente (!), passam por cima da Constituição e da Lei de Diretrizes Orçamentárias que eles próprios votaram para impedir coisas desse tipo, e vão ao confronto com o presidente da República, além de semear tempestades para o próximo.

Todo o progresso que se fez — e será difícil negá-lo — nestes últimos vinte anos para aperfeiçoar as técnicas orçamentárias; todo o esforço desenvolvido durante a Assembléia Nacional Constituinte para dar ao Congresso poderes reais para discutir, emendar e de fato

aprovar o Orçamento sem inviabilizar a administração pública, tudo isso parece fadado a desaparecer. Mais ainda: os que respondem por essa arte da aritmética congressual (descoberta para atender aos amigos deputados e senadores, que apresentaram mais de 11 mil emendas aumentando despesas) são muitas vezes os mais ferrenhos críticos da chamada “ciranda financeira”, os primeiros a responsabilizar os bancos pela dívida interna, os mais ardorosos defensores de uma solução heterodoxa (isto é, irresponsável) para os problemas de caixa do Tesouro.

São esses senhores que agora, para atender a seus interesses eleitorais no ano vindouro, colocam o Executivo diante do dilema de ou vetar partes do Orçamento e ver o veto rejeitado, ou aceitar a peça tal qual saiu do forno do Congresso e emitir títulos da dívida pública para equilibrar a Receita com a Despesa.

Esse é apenas um exemplo do que irá acontecer daqui em diante. Até março do próximo ano, o Congresso terá pela frente um presidente fraco, politicamente desgastado, que a Nação gostaria de ver retirar-se mais cedo para que vida nova pudesse começar. Aproveitar-se-ão, os congressistas, desse período (mesmo que seja curto, pela imposição do recesso), para mostrar os dentes e deixar patente ao futuro chefe de Estado que ou negocia com eles, ou não governa. Em março, quando o futuro presidente tomar posse e tiver conhecimento pleno da situação das finanças públicas, verá que por artes do Congresso poderá ter de enfrentar uma programação de obras e de projetos assistenciais que não são os seus, nem os do presidente Sarney, na hipótese de o chefe de governo vetar o Orçamento e o voto ser rejeitado. Diante dessa realidade orçamen-

tária, legal, impositiva, de nada valerão os 40 milhões ou mais de votos que o presidente obtiver nas urnas: deverá submeter-se à vontade das elites políticas representadas no Congresso e atender às suas solicitações.

Esse episódio configura o quadro real da situação que vivemos, quando sonâmbulos ou mortos-vivos governam uma Nação de 148 milhões de habitantes. Não apenas essa elite política sem base na sociedade impede a renovação política e administrativa do País. No Executivo também há os sonâmbulos que dirigem a Nação: a distribuição de um litro de leite tipo C, que custa ao consumidor não mais do que três cruzados novos, consome do governo federal (custo do produto mais despesas administrativas) 62,70 cruzados novos! Em outras palavras, as que traduzem a boa aritmética, a máquina burocrática incumbida de dar o leite às criancinhas custa ao contribuinte 30 vezes o preço do litro de leite distribuído. Não há, assim, orçamento que resista, nem impostos que façam que a miséria acabe por obra e graça do Executivo.

Somadas a burocracia e o apetite de obras dos congressistas, o Brasil parará em breve pela simples e boa razão de que os contribuintes não terão mais como atender à ganância sempre crescente da elite dirigente a quem parece faltar sensibilidade para avaliar as dificuldades dos que pagam tributos, e o sofrimento das criancinhas, dos pobres e do Brasil como Nação. Urge mudar essa mentalidade devoradora das instituições, ou preparar-se para o confronto entre o futuro presidente, tolhido por um orçamento elecioeiro, e um Congresso, que tem poderes para tudo, até para destruir o País.